

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

SUMÁRIO

- 3-Preparatório Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos
- 10-Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos
- 15-Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos
- 20-Alfabetização Matemática
- 25-Cidadania e Empregabilidade
- 27-Didática da Educação de Jovens e Adultos
- 28-Método Montessori
- 29-Exclusão Social
- 32-Linguagem e Comunicação
- 37-Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Novo Cenário da Educação
- 43-Pressupostos Teóricos e Metodológicos do EJA

Referências bibliográficas

Wikipédia // Haddad; Di Pierro, 2000 p.128 // Tamarozzi; Costa, 2009 p.17 // Corte, 2016 // Pereira, 2017 // Paulo Freire – Educação e Mudança // Paul Hirst // Exclusão Social. Que Bicho é Esse? – Valente, Francisco // Niskier, 1993 // Revista Educação // Revista Nova Escola.

PREPARATÓRIO PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma das áreas mais essenciais do País, área essa que vem fazendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento.

Este Curso é indicado para pedagogos e profissionais da educação já formados, que desejam se preparar e adquirir conhecimentos básicos para atuar nesse segmento.

O objetivo desta área é avaliar a importância da organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, a fim de desenvolver habilidades básicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho na EJA e analisar a importância da organização do trabalho pedagógico na EJA, reconhecendo as suas especificidades.

Educação Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que inclui os níveis da Educação Básica, Ensino Fundamental e Médio, destinada às pessoas que não tiveram acesso à escola na idade convencional.

EJA Ensino Fundamental

A EJA – Ensino Fundamental é destinada aos jovens a partir de 15 anos que ainda não concluíram os seus estudos do Fundamental (1º ao 9º ano). Nesse período, o processo de ensino-aprendizado interage e proporciona aos alunos diferentes formas de pensar e aprender.

O EJA Ensino Fundamental é destinada a jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. Nessa etapa, os alunos imagem em novas formas de aprender e pensar. Tem duração média de 2 anos para a conclusão.

EJA Ensino Médio

A EJA – Ensino Médio é destinada aos alunos com mais de 18 anos que desejam retomar os estudos do Ensino Médio (1º ao 3º ano).

Esse período completa a Educação Básica no Brasil, e tem como objetivo preparar os alunos para o exercício da cidadania e para as provas de vestibulares, como o Enem.

O EJA Ensino Médio é destinada a alunos maiores de 18 anos que não completaram o Ensino Médio, que completa a Educação Básica no Brasil. Ao concluir essa etapa, o aluno está preparado para realizar provas de vestibular e Enem, para ingressar em universidades. O tempo médio de conclusão é de 18 meses.

EJA a distância

Algumas instituições oferecem a EJA a distância, onde o aluno pode estudar em qualquer lugar e nos horários mais adequados à sua rotina.

Essa modalidade tem como objetivo garantir ao aluno a flexibilidade entre tempo e espaço, para aqueles que não podem comparecer às salas de aula em escolas.

Supletivo - Educação de Jovens e Adultos

O programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), antes conhecido como supletivo, foi criado com o objetivo de democratizar o ensino no Brasil, a fim de possibilitar que as pessoas afastadas das escolas retomem os estudos.

EJA é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A EJA é ofertada tanto no ensino presencial, como à distância (EAD), com o objetivo principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. Anteriormente, a EJA era conhecida como supletivo.

As disciplinas da Educação Jovens e Adultos estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que define aprendizagens necessárias para o desenvolvimento do aluno na Educação Básica do país, sendo elas:

Ensino Fundamental

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Ciências
- ✓ Matemática
- ✓ Inglês
- ✓ Artes
- ✓ Educação Física
- ✓ História
- ✓ Geografia

Ensino Médio

- ✓ História
- ✓ Sociologia
- ✓ Filosofia
- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Inglês
- ✓ Artes
- ✓ Educação Física
- ✓ Ciências
- ✓ Matemática
- ✓ Química
- ✓ Física

A prova EJA Ensino Fundamental é realizada pelas secretarias municipais ou estaduais de educação. O aluno deve informar-se em seu município sobre as datas e documentos necessários para a inscrição, assim como sobre o dia e o local da prova. A inscrição é gratuita e o aluno precisa ter pelo menos 15 anos para realizar o exame e pleitear o certificado da EJA. Assim como para o Ensino Fundamental, a prova EJA Ensino Médio também pode ser realizada pelas secretarias municipais ou estaduais de educação.

A certificação da EJA era chamada, até alguns anos atrás, de Exame Supletivo. A prova avalia as competências dos estudantes para a obtenção do certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Quem estudou por conta própria ou por outros programas, que não tenham ligação com a EJA, também pode inscrever-se nesses exames para conquistar o certificado.

Educação de jovens e adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância).

O programa é dividido em etapas, que abrange do ensino fundamental ao médio sendo que a EJA no ensino fundamental destina-se a jovens a partir de 15 anos e a do Ensino Médio, incluem alunos maiores de 18 anos, tendo o prazo máximo para conclusão de 2 anos para o fundamental, e de 18 meses para o médio. Além da modalidade presencial a EJA disponibiliza o curso online com certificado, possibilitando ao aluno estudar aonde estiver, e no horário mais adequado a sua rotina.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência das ideias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O professor paranaense Anísio Alves da Silva é considerado o pioneiro nesta modalidade de ensino, pois no início de década de 1960, no antigo

miniginásio (atual Liceu Mário de Andrade, em Londrina), implantou um curso rápido e preparatório para o Exame de Madureza e a ideia foi ampliada para o ensino geral de pessoas que tinham desistido do ensino regular.

O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996). É um dos segmentos da educação básica que recebem repasse de verbas do Fundeb.

A partir de 2002, o governo federal criou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos(Encceja), por meio do qual pode, mediante convênio com estados e municípios, substituí-los na realização de exames supletivos .Criada pelo Decreto Presidencial nº 4.834/2003[5] para tratar exclusivamente da alfabetização de jovens e adultos, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja) teve seu âmbito e composição ampliados pelo Decreto nº 5.475, de junho 2004, reafirmados pelo Decreto nº 6.093, de abril de 2007. Sua composição recente foi estabelecida pela Portaria nº 1.285, de dezembro de 2013. É formada por 17 membros, sendo quatro representantes dos governos federal (Secad e SEB/MEC), estaduais (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e municipais (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); um representante da UNESCO e um das instituições de ensino superior; e dez representantes da sociedade civil (fóruns de EJA, movimentos de alfabetização, trabalhadores da educação, movimentos sociais do campo, de indígenas, afro-descendentes e juvenis, bem como organizações não governamentais dedicadas a questões da educação e do meio ambiente.

Papel do Professor

O papel do professor na Educação de Jovens e Adultos deve ocorrer de modo dialógico, no qual o educador construa o conhecimento, por meio, das percepções e compreensões do mundo que advém dos seus alunos, ou seja, conhecimentos que os educandos apreendem no seu cotidiano, trazendo praticidade e dinamismo as aulas.

Desse modo, a preocupação do educador na EJA não deve ser focado na dominação dos conteúdos tradicionais, mas sim nos conhecimentos que trazem significação ao cotidiano do aluno, evitando que os saberes sejam ensinados da mesma forma que para crianças. Com base nesse pensamento, Paulo Freire argumenta: "A asa é da ave. Eva viu a uva, o galo canta, o cachorro ladra, são contextos linguísticos que, mecanicamente memorizados e repetidos, esvaziados de seu conteúdo enquanto pensamento-linguagem referido ao mundo, se transformam em meros clichês".

No Brasil Colônia, os religiosos católicos recém-chegados da Europa praticavam a ação educativa no Brasil de forma missionária. Ensinavam preceitos de comportamento e da economia colonial.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759), somente no Império, em 1824, com a primeira Constituição brasileira, instituiu-se na letra da lei uma preocupação por parte do poder público em oferecer a educação primária e gratuita aos cidadãos livres, excetuando-se um grande contingente de escravos para o qual não só os direitos eram negados como a possibilidade de escolarização. Esse movimento Iluminista fixou-se de modo a inspirar a cultura jurídica agregando nas Constituições posteriores. Todavia, quanto à ação educativa pouco foi feito.

Na Primeira República (1889-1930), o primeiro avanço na oferta da educação pública ocorreu com a Constituição de 1891, quando a responsabilidade pública pelo ensino primário foi descentralizada para as Províncias e Municípios.

À União reservou-se o papel de “animador” dessa atividade, assumindo uma presença maior no ensino secundário e superior. Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente.

Essa nova Constituição excluía os analfabetos de algumas participações políticas, como o voto, cabe ressaltar que nesse momento a maioria da população adulta era iletrada,

Apesar do descompromisso da União em relação ao ensino elementar, o período da Primeira República se caracterizou pela grande quantidade de reformas educacionais que, de alguma maneira procuraram em princípio de normatização e preocuparam-se com o estado precário do ensino básico. Porém, tais preocupações pouco efeito prático produziram, uma que não havia dotação orçamentária que pudessem garantir que as propostas resultassem numa ação eficaz. O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta.

No Período da Ditadura de Vargas (1937-1945), ao final da década de 1940, a Educação de Jovens e Adultos se estabelece como uma questão de política nacional; em 1942 instituiu-se o Fundo Nacional do Ensino Primário que tem por objetivo um programa que amplie a educação primária e realize o Ensino Supletivo para os jovens e adultos.

Neste período, diversos programas de educação foram propostos, como por exemplo: a) Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, iniciada em 1947 e estendida até o final da década de 1950; b) Campanha Nacional de Educação Rural (1952); c) Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958).

Para a EJA, esse período foi de grande relevância, à medida que, os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% no ano de 1960. Os níveis de escolarização da população brasileira permaneciam, no entanto, em patamares reduzidos quando comparadas à média dos países do primeiro mundo e mesmo de vários dos vizinhos latino-americanos.

Podemos atribuir para a primeira metade da década de 1960, do século passado, um período de luz para a Educação de Jovens e Adultos, pois, além de mais programas de educação voltados a essa modalidade, também houve uma reformulação no campo educacional com o que diz respeito ao reconhecimento e a exigência de se propor um tratamento específico dos planos pedagógicos e didáticos. Agora, o cidadão deveria ter acesso aos diversos conhecimentos, o que acarretou na visibilidade da EJA como um instrumento de ação política, ou seja, finalmente, foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular.

Devido ao Golpe Militar, ocorrido em 1964, o qual perdurou até 1985, houve uma ruptura política em relação aos movimentos de educação e cultura popular, a repressão se estabelecia entre as camadas sociais e cada vez mais tinham ideais censurados.

No plano oficial, enquanto as ações repressivas ocorriam, alguns programas de caráter conservador foram consentidos ou mesmo incentivados, como a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC). Nascido no Recife, o programa ganhou caráter nacional, tentando ocupar os espaços deixados pelos movimentos de cultura popular. Dirigida por evangélicos norte-americanos, a Cruzada servia de maneira assistencialista aos interesses do regime militar, tornando-se praticamente um programa semi-oficial. A partir de 1968, porém, uma série de críticas à condução da Cruzada foi se acumulando e ela foi progressivamente se extinguindo nos vários estados entre os anos de 1970 e 1971.

A partir dessa questão, surge, [...] a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar.

A resposta para essa ação veio em 1967 com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o MOBRAL tinha por objetivo alcançar uma política educacional que compreendesse não somente os interesses das camadas marginalizadas do sistema escolar, mas também os objetivos políticos dos governos militares.

O MOBRAL foi implantado com três características básicas. A primeira delas foi o paralelismo em relação aos demais programas de educação. Seus recursos financeiros também independiam de verbas orçamentárias. A segunda característica foi a organização operacional descentralizada, através de Comissões Municipais espalhadas por quase todos os municípios brasileiros, e que se encarregaram de executar a campanha nas comunidades, promovendo-as, recrutando analfabetos, providenciando salas de aula, professores e monitores. Eram formadas pelos chamados “representantes” das comunidades, os setores sociais da municipalidade mais identificados com a estrutura do governo autoritário: as associações voluntárias de serviços, empresários e parte dos membros do clero. A terceira característica era a centralização de direção do processo educativo, através da Gerência Pedagógica do MOBRAL Central, encarregada da organização, da programação, da execução e da avaliação do processo educativo, como também do treinamento de pessoal para todas as fases, de acordo com as

diretrizes que eram estabelecidas pela Secretaria Executiva. O planejamento e a produção de material didático foram entregues a empresas privadas que reuniram equipes pedagógicas para este fim e produziram um material de caráter nacional, apesar da conhecida diversidade de perfis linguísticos, ambientais e socioculturais das regiões brasileiras.

O Ensino Supletivo: como o próprio nome se refere, esse ensino tinha como intuito suprir a escolarização regular dos jovens e adultos que não haviam concluído seus estudos.

O Ensino Supletivo, por sua flexibilidade, seria a nova oportunidade dos que perderam a possibilidade de escolarização em outras épocas, ao mesmo tempo em que seria a chance de atualização para os que gostariam de acompanhar o movimento de modernização da nova sociedade que se implantava dentro da lógica de “Brasil Grande” da era Médici.

Com a intensificação dos movimentos de resistência e luta pela redemocratização da sociedade, a partir do autoritarismo e violência implementados pelo regime civil-militar implantado em 1964, novas possibilidades e formas de organização reivindicatórias vão se firmando na sociedade civil organizada em meio às lutas dos cidadãos comprometidos com a democracia e sua realização no contexto social e político mais amplos. Particularmente, com a anistia em 1979, muitos dos que foram exilados do país voltam, assumindo a bandeira da educação como primordial para a construção de uma sociedade democrática e plural.

Para a Educação de Jovens e Adultos, os acontecimentos do final da década de 1970 e a de 1980, exigindo-se uma nova Constituição (a de 1988) e a redemocratização do país contribuíram para a constar na pauta política e institucional a importância da educação, incluindo-se a EJA e sua expansão, uma educação que se estenda aos jovens e adultos que, por algum motivo, tiveram seus direitos aos estudos negados. A história é contínua e está em constante processo, sendo assim, cabe a permanente luta para que a educação seja um direito de fato conquistado.

No contexto dos anos 1990, a EJA toma um novo rumo, baseada, principalmente, na pressão decorrente de algumas lutas implementadas pela sociedade organizada e por acordos internacionais ligados à Educação

As articulações entre as instituições representativas da sociedade civil e o próprio contexto dos anos 1990 favorecem a construção de instâncias de mobilização em âmbito nacional, como é o caso da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), e os Fóruns Estaduais de EJA. Outras discussões também passam a ganhar maior peso, como é o caso da Educação Continuada e da institucionalização do EJA nas redes públicas de ensino. Essas discussões vão criando espaço para que a EJA vá aos poucos deixando de ser marginal, extraoficial e comece a ocupar gradativamente um lugar nos espaços de mobilização política.

A partir do ano de 2003, foram criados alguns programas denominados como programas emergenciais, dentre eles o Programa Brasil Alfabetizado, lançado nesse mesmo ano por meio da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo.

Criou-se, em julho de 2004, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, uma secretaria específica à EJA, na qual são elaboradas estruturas específicas para essa modalidade de ensino que deveriam ser desenvolvidas junto às Secretarias Estaduais e Municipais de todo o país. Em 2005, surgiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Com a aprovação do Fundo de Financiamento da Educação Básica – FUNDEB, em 2007, caracterizou um marco na institucionalização da EJA, uma vez que contribuiu para a inclusão desta modalidade na política de financiamento da educação, tendo uma garantia de recursos para Municípios e Estados que mantivessem ou ampliassem a oferta da EJA, o que não ocorria, anteriormente, com o FUNDEF, uma vez que a Emenda Constitucional nº 14/1996 que o instituiu suprimiu das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 o artigo que responsabilizava o governo por erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental no prazo de dez anos. Contribuindo não apenas para o descaso com essa modalidade de ensino, mas também para o retrocesso das políticas.

Brasil que ingressa no século XXI está integrado cultural, tecnológica e economicamente a essas sociedades pós-industriais, e comporta dentro de si realidades tão desiguais que fazem com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população. O desafio maior, entretanto, será encontrar os caminhos para fazer convergir as metodologias e práticas da educação continuada em favor da superação de problemas do século XIX, como a universalização da alfabetização.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é vista por muitos como uma forma de alfabetizar quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que, por algum motivo, tiveram de abandonar a escola durante o período de escolarização. Mas, felizmente, este conceito vem mudando cada vez mais. E este é um grande desafio da EJA: além do incluir o aluno e ampliar os seus conhecimentos, preparar o mesmo para o mercado de trabalho, pois sabemos que o grande valor da aprendizagem continua em todas as fases da vida, e não somente durante a infância e a juventude

Encontramos também nessa trajetória de ensino e aprendizagem, o desafio da participação, do envolvimento, da inclusão e da equidade frente a nossa vasta diversidade cultural, pela qual precisamos trabalhar diante do conceito de transformação: precisamos aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer; só assim poderemos dizer que incluímos e somos incluídos.

Para o Ministério da Educação (MEC), os números refletem a taxa de insucesso dos anos finais do Fundamental e Ensino Médio. Do total de matriculados na EJA, 2,17 milhões tentam completar o Ensino Fundamental, enquanto 1,42 milhão estão em busca do diploma do Ensino Médio. "Há um analfabetismo jovem. É inaceitável que pessoas nascidas no final da década de 1990, que tiveram oportunidade de acesso à Educação, componham esse percentual tão alto", disse Maria Helena Guimarães, secretária-executiva do MEC.

As ações alfabetizadoras de adultos que, até então, tendiam, de modo geral, a reproduzir um modelo presente nas cartilhas de alfabetização, no qual trabalhavam com frases e palavras isoladas, fora de um contexto real, entre outras coisas, a produção de sentido pelo alunos, foram, gradativamente, cedendo espaço para uma ação alfabetizadora mais próxima das novas concepções de ensino-aprendizagem da língua escrita.

Na busca de fazer uma alfabetização de adultos que leve, efetivamente, ao domínio da linguagem escrita e não só das tecnologias e buscando inserir, de modo mais completo, o jovem e o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas.

O desafio colocado para a alfabetização seria propiciar uma inserção plena dos sujeitos no mundo da escrita; daí a necessidade das práticas de alfabetização enfatizarem seus usos e não apenas a decodificação. Outros desafios, questões relativas ao processo de planejamento e gestão do ensino, à falta de recursos didáticos, à formação continuada dos professores, à relação entre teoria e prática, à articulação e aplicação de um currículo adequado, à insegurança demonstrada por grande parte dos alunos quando retornam à escola, às dificuldades na compreensão e domínio da leitura e escrita, no saber matemático, em questões relativas à natureza e sociedade, na pertinência das avaliações aplicadas e nas questões de gênero.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a educandos jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade adequada. O curso é ofertado em três etapas, sendo:

Fase I - Corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Regular (séries iniciais do Ensino Fundamental)

Fase II - Corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular (séries finais do Ensino Fundamental)

Ensino Médio

Fase I (Séries iniciais do Ensino Fundamental)

Idade mínima para matrícula: 15 anos;

Duração de 2 anos (Carga Horária 1200 horas ou 1440 horas/aula, distribuídas em duas etapas de 600 horas cada, ou 720 horas/aulas);

Organizada por Áreas de Conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza)

Fase II (Séries finais do Ensino Fundamental)

Idade mínima para matrícula: 15 anos;

Duração de aproximadamente 2 anos e meio (Carga Horária de 1600/1610 horas ou 1920/1932 horas-aulas)

Organizada por disciplinas (o educando pode matricular-se em até quatro disciplinas por vez);

Turmas coletivas ou individuais

Ensino Médio

Idade mínima para matrícula: 18 anos;

Duração de aproximadamente 2 anos e meio (Carga Horária de 1200/1306 horas ou 1440/1568 horas/aulas);

Organizada por disciplinas (o educando pode matricular-se em até quatro disciplinas de cada vez);

Turmas coletivas ou individuais

Matrículas na EJA - Fase II e Ensino Médio A Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, informa que, a partir de 2014, os interessados em matricular-se nos segmentos Fase II e Ensino Médio, deverão dirigir-se a qualquer estabelecimento estadual que ofereça essa modalidade de ensino, nos períodos previstos para as novas matrículas.

APED (Ações Pedagógicas Descentralizadas)

São turmas ou classes autorizadas a funcionar em espaços cedidos por outras escolas. São gerenciadas por um CEEBJA ou por uma escola de EJA e atendem apenas turmas coletivas de Ensino Fundamental Fase II e/ou Ensino Médio.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade apropriada. O EJA tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a perigosa marginalização. A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire.

O projeto de alfabetização que ele implementou em 1963 atendeu 380 trabalhadores em Angico-RN, repercutindo por todo o país, mas sendo sufocado pelo golpe militar de 1964.

Retornando ao Brasil após experiências de alfabetização de adultos na África e na América Latina, influenciou práticas públicas de ações educacionais. Essa proposta favorece a Inclusão econômica, social e política de indivíduos.

A inserção na realidade da Educação de Jovens e Adultos pelo estágio supervisionado ocorre devido às exigências curriculares do Curso de Pedagogia, que prevê estágios em várias modalidades de ensino. Essa atividade deve “proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática.

No Brasil, pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire. O mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno principalmente em relação às parcelas da população desfavorecidas. A educação freiriana está voltada para a conscientização de vencer primeiro o analfabetismo político para concomitantemente ler o seu mundo a partir da sua experiência, de sua cultura, de sua história.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. Freire (2013, p. 31)

A atual política de Educação de Jovens e Adultos, fruto das reivindicações de grupos e movimentos sociais de educação popular, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas pela Constituição Federal de 1988.

Essa Constituição incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205). Retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), esse princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a EJA (modalidade que visa, além da escolarização, à inclusão e ao resgate da cidadania e à reparação de anos de segregação educacional) esforça-se em prol da igualdade de acesso à educação como bem social.

O Art. 37 da LDB prevê que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”; dessa forma, e se realmente acontecesse o que está previsto em lei, teríamos muito mais jovens dentro das escolas. O jovem quer trabalhar, mas faltam qualificação e oportunidades, principalmente a de concluir a Educação Básica e ter parcial domínio das novas tecnologias.

No conteito EJA, o papel do professor é destacar a curiosidade, indagar a realidade, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos em dados de reflexão para entender os processos educativos, que, como qualquer faceta do social, estão relacionados com seu tempo, sua história e seu espaço.

O professor é o mediador e incentivador de cada aluno, e o bom relacionamento, preocupação e carinho com os alunos ajudam no seu desenvolvimento intelectual, incentivando-os a continuar frequentando as aulas. Criatividade, solidariedade e confiança são essenciais na relação entre o professor e o aluno de EJA. A autoestima elevada influencia na capacidade de todos de aprender e ensinar.

Todo o processo de aprendizagem voltado aos discentes de EJA deve ter como prioridade a contextualização da realidade. A adoção de estratégias e materiais didáticos condizentes com os interesses e necessidades dos alunos é fundamental, pois, além de tornar a aula mais dinâmica, menos cansativa e mais interessante, possibilita que os estudantes pensem sobre suas identidades e subjetividades, suas formas de ser e estar no mundo, lendo e modificando esse mundo, tendo como principais objetivos a redução das faltas, a evasão e a conscientização dos processos sociais que os excluem, das organizações estruturais que os segregam e dos processos educacionais que os oprimem.

Os materiais/procedimentos didáticos como livros, jornais, aparelhos eletrônicos ou até mesmo uma roda de conversa, devem servir aos alunos como referência para fazer comparações e análises, corrigir conceitos e estimular o interesse, a participação e a autonomia dos alunos. Uma de suas funções principais é auxiliar o aluno, possibilitando a concretização dos conteúdos estudados e, assim, a construção do conhecimento.

Oferecer a modalidade EJA nos dias de hoje requer um novo pensar acerca das políticas educacionais e das propostas de (re) inclusão desses educandos nas redes de educação pública do nosso país. O que se tem pensado até o momento é que o trabalho pedagógico desenvolvido neste seguimento de ensino deva ser de cunho eminentemente alfabetizatório. No entanto, alfabetizar é somente a primeira parte do processo. O que não se pode é pensar que só alfabetização poderá garantir desenvolvimento social deste educando.

A educação é o maior e melhor instrumento gestor de mudança, através dela o homem consegue compreender melhor a si mesmo e ao mundo em que vive, dessa forma, a própria educação deve ser a primeira a aceitar e a acompanhar o desenvolvimento e suas especificidades, ou seja, renovar e promover a interação com o novo.

Segundo a Lei 9.394/96 art. 37 “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”, dessa forma, e se realmente acontecesse o que está previsto em lei, teríamos muito mais jovens dentro das escolas.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para a alfabetização e letramento de jovens e adultos podemos aplicar o Método Paulo Freire. Este é um método bem positivo e inovador, pois tem como proposta alfabetizar adultos no menor prazo possível. Foi desenvolvido pelo educador Paulo Freire em 1962, quando alfabetizou um grupo de 300 cortadores de cana em apenas 45 dias sem o auxílio de cartilha, que é o sistema mais comum de alfabetização, pois Freire não apoiava esse tipo de ensino crendo que este método segue um sistema de repetição de palavras similares ou que concordam entre si.

Exemplo: o boi baba, Eva viu a uva, a ave voa, o navio navega, o cachorro corre.

Etapas do Método Paulo Freire:

Etapa de Investigação. O professor, junto com os alunos, vai falar de temas e palavras do cotidiano, o “universo” dos alunos, o meio e a cultura em que vivem.

Etapa de Tematização. É o momento da tomada de consciência sobre esses temas, recursos, motivos, e consequências, é o momento de conhecer os significados destes temas e palavras.

Etapa de Problematização. É o momento em que o professor desafia os alunos a pensarem e responderem por si mesmos. Após o estudo das informações, eles montarão ideias e as defenderão ou não.

Para o aprendizado o professor poderá aplicar os seguintes métodos de ensino:

Método palavras geradoras

São utilizadas conversas informais, o educador observa o vocabulário dos alunos e seleciona de 18 a 23 palavras geradoras e os direciona a montar essas palavras e temas com o auxílio de cartazes e imagens.

Método da silabação

É onde serão estudadas as divisões silábicas, exemplo: Ta, Te, Ti, To, Tu.

Método palavras novas

Esse método forma novas palavras a partir das divisões silábicas: Ta-to, Te-to, Ti-to, Ta-co, Ti-co, To-co.

Método da conscientização

São discutidos temas sociais com a intenção de conscientizar e passar as informações corretas sobre esses assuntos, exemplo: Tema: prevenção de acidentes domésticos; usa esse tema para informar como se prevenir e como agir em caso de ocorrer esse tipo de acidente.

Obs.: Todos têm o intuito de ensinar e alfabetizar. Com empenho e paciência dos educadores, é bem provável conseguir obter esse sucesso.

Aplicado há mais de 50 anos (1963), o método Paulo Freire de Alfabetização foi testado pela primeira vez na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Recentemente tive a oportunidade de participar de um evento em Portugal, onde membros do Instituto Paulo Freire relataram com detalhes essa incrível experiência, o que me fez vir até aqui e compartilhar com vocês.

A experiência, inédita no Brasil, tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 dias.

Desafio lançado, Freire teve todo um contato prévio com os participantes, estudando suas realidades, as histórias de vidas e o contexto em que os aprendizes estavam inseridos.

Desde sua criação, em 2002, o Programa de Educação de Adultos promove a alfabetização de pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Básico, possibilitando o direito à cidadania.

Proporcionando a independência a cada indivíduo, os cursos oferecem a 64 alunos o estímulo necessário para o desenvolvimento educacional, humano, social e o pensamento crítico. As aulas têm como missão oferecer aos alunos a capacidade em aprender algo novo todos os dias, seja qual for a sua idade.

Aplicados de forma lúdica, os ensinamentos não se limitam a disciplinas tradicionais, como matemática e português. São trabalhados ainda a autoestima, a autoconfiança e o desejo de sonhar.

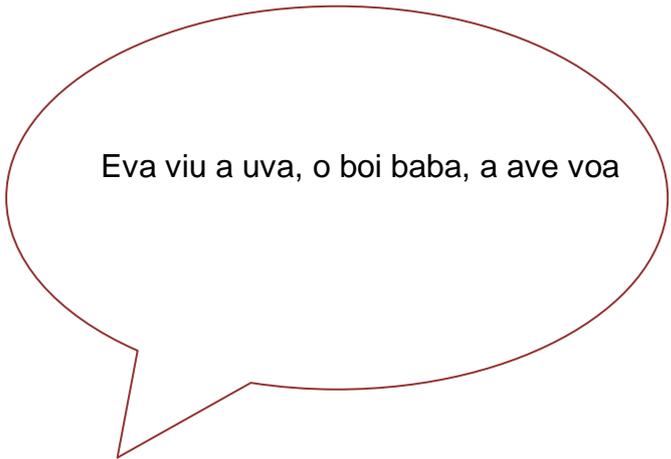
As aulas também são ministradas para idosos e alunos com deficiência intelectual. Todos participam de saídas culturais a cinemas, teatros, museus, parques e visitas a grandes eventos. Os passeios e as aulas contribuem para desenvolver habilidades educacionais, humanas e sociais, promovendo a autoestima, geração de renda, inclusão e o interesse por novos temas.

O Método Paulo Freire consiste numa proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire, que em sua implementação concorreu com programas como o de Frank Laubach.

Freire afirmou ter desenvolvido o método enquanto era diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife, quando formou um grupo para testar o método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte.

Nessa localidade, alfabetizou 300 cortadores de cana-de-açúcar em apenas 45 dias, isso porque o processo se deu em apenas quarenta horas de aula e sem cartilha.

Freire criticava o sistema tradicional de alfabetização, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa, o que, comumente, se denomina como "linguagem de cartilha": por exemplo, Eva viu a uva, o boi baba, a ave voa, dentre outros.



Eva viu a uva, o boi baba, a ave voa

Etapas do método:

Etapa de investigação: busca conjunta entre professor e aluno das palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive.

Etapa de tematização: momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras.

Etapa de problematização: etapa em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizada.

As palavras geradoras: o processo proposto por Paulo Freire inicia-se pelo levantamento do universo vocabular dos alunos. Através de conversas informais, o educador observa os vocábulos mais usados pelos alunos e a comunidade e, assim, seleciona as palavras que servirão de base para as lições. A quantidade de palavras geradoras pode variar entre 18 a 23 palavras, aproximadamente. Depois de composto o universo das palavras geradoras, elas são apresentadas em cartazes com imagens. Então, nos círculos de cultura, inicia-se uma discussão para dar-lhes significado dentro da realidade daquela turma.

A silabação: uma vez identificadas, cada palavra geradora passa a ser estudada através da divisão silábica, semelhantemente ao método tradicional. Cada sílaba se desdobra em sua respectiva família silábica, com a mudança da vogal. Por exemplo: BA-BE-BI-BO-BU.

As palavras novas: o passo seguinte é a formação de palavras novas. Usando as famílias silábicas agora conhecidas, o grupo forma palavras novas.

A conscientização: um ponto fundamental do método é a discussão sobre os diversos temas surgidos a partir das palavras geradoras. Para Paulo Freire, alfabetizar não pode se restringir aos processos de codificação e decodificação. Dessa forma, o objetivo da alfabetização de adultos é promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social.

Freire propõe a aplicação de seu método nas cinco fases seguintes:

1ª fase: levantamento do universo vocabular do grupo. Nessa fase, ocorrem as interações de aproximação e conhecimento mútuo, bem como a anotação das palavras da linguagem dos membros do grupo, respeitando seu linguajar típico.

2ª fase: escolha das palavras selecionadas, seguindo os critérios de riqueza fonética, dificuldades fonéticas - numa sequência gradativa das mais simples para as mais complexas, do

comprometimento pragmático da palavra na realidade social, cultural, política do grupo e/ou sua comunidade.

3ª fase: criação de situações existenciais características do grupo. Trata-se de situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas com o intuito de abrir perspectivas para a análise crítica consciente de problemas locais, regionais e nacionais.

4ª fase: criação das fichas-roteiro: nelas havia indicações de possíveis subtemas ligados às palavras geradoras e sugestões de encaminhamentos para análise dos temas selecionados, que funcionariam apenas como sugestões de roteiro para os debates. Esses roteiros eram de grande valia, principalmente no início do trabalho, quando o alfabetizador era também iniciante.

5ª fase: criação de fichas de palavras para a decomposição das famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras.

Freire aplicou publicamente seu método pela primeira vez no Centro de Cultura Dona Olegarinha, um círculo de cultura do Movimento de Cultura Popular no Recife. Foi aplicado inicialmente a cinco alunos, dos quais três aprenderam a ler e escrever em 30 horas e outros dois desistiram antes de concluir. Baseado na experiência de Angicos, em janeiro de 1963, onde em 45 dias, alfabetizaram-se 300 trabalhadores, João Goulart, presidente do Brasil na época, chamou Paulo Freire para organizar o Plano Nacional de Alfabetização.

Este plano, iniciado em janeiro de 1964, tinha como objetivo alfabetizar 2 milhões de pessoas em 20 000 círculos de cultura, e já contava com a participação da comunidade - só no estado da Guanabara, se inscreveram 6 000 pessoas. Mas, com o Golpe de Estado no Brasil em 1964, em abril, esse projeto foi abortado. Em seu lugar, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização, igualmente uma iniciativa para a alfabetização, porém distinta do método freiriano.

Em matemática procuramos trabalhar oralmente a noção de quantidade, a partir de experiência com números que eles possuem: pagar passagem, comprar, dar e receber troco.

No processo de aprendizagem são feitas as listagens de nomes de objetos, pessoas profissões, rótulos de produtos e outros tipos de acordos a partir do interesse que a turma manifestar.

A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida por aqueles que se preocupam com a Educação.

O educador deve estimular no alfabetizando o desenvolvimento da autonomia de pensamento que facilite as dinâmicas de autovalorização participativa, que invista em seus projetos de vida, que reconstrua e afirme sua identidade, como indivíduo sociável.

ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA

Na alfabetização matemática o aluno aprende a manipular, contar, ordenar em sequência, perceber e fazer movimentos coordenados, a desenvolver a memória, resolver operações matemáticas com as mãos que é muito significativo para as crianças (imagem, corpo e conhecimento envolvendo Matemática).

É muito comum na prática diária dos professores e especialistas em educação dos primeiros anos do Ensino Fundamental o emprego do termo “Alfabetização”, para nomear o processo de aquisição da leitura e da escrita na Língua Materna.

Segundo o Dicionário Aurélio, Alfabetização é a ação de alfabetizar, e o verbo em destaque significa ensinar a ler, dar instrução primária.

O aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vive, em geral, uma história de exclusão, que limita seu acesso a bens culturais e materiais produzidos pela sociedade. Com a escolarização, ele busca construir estratégias que lhe permitam reverter esse processo. Um currículo de Matemática para jovens e adultos deve, portanto, contribuir para a valorização da pluralidade sociocultural e criar condições para que o aluno se torne agente da transformação de seu ambiente, participando mais ativamente no mundo do trabalho, das relações sociais, da política e da cultura.

A matemática compõe-se de um conjunto de conceitos e procedimentos que englobam métodos de investigação e raciocínio, formas de representação e comunicação.

Na educação de jovens e adultos, a atividade matemática deve integrar, de forma equilibrada, dois papéis indissociáveis:

- Formativo, voltado ao desenvolvimento de capacidades intelectuais para a estruturação do pensamento;
- Funcional, dirigido à aplicação dessas capacidades na vida prática e à resolução de problemas nas diferentes áreas de conhecimento.

Analisar o ensino e a aprendizagem em Matemática na EJA pressupõe analisar os atores envolvidos nesse processo, o aluno, professor e conhecimento matemático e as relações que se estabelecem entre eles.

Em qualquer aprendizagem, a aquisição de novos conhecimentos deve considerar os conhecimentos prévios dos alunos. Em relação aos jovens adultos, no entanto, é primordial partir dos conceitos decorrentes de suas vivências, suas interações sociais e sua experiência pessoal:

como detêm conhecimentos amplos e diversificados, podem enriquecer a abordagem escolar, formulando questionamentos, confrontando possibilidades, propondo alternativas a serem consideradas.

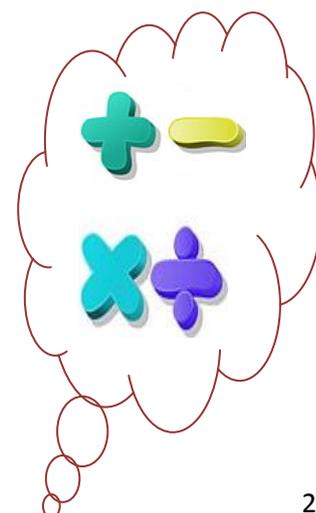
Definir com precisão os objetivos do ensino de Matemática é condição necessária para realizar a seleção e a organização de conteúdos e das estratégias didáticas mais adequadas. O ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos, que visa à construção da cidadania e à constituição do aluno como sujeito da aprendizagem, compartilha os mesmos objetivos gerais do Ensino Fundamental.

Os alunos da EJA devem perceber que a Matemática tem um caráter prático, pois permite às pessoas resolver problemas do cotidiano, ajudando-as a não serem enganadas, a exercerem sua cidadania. No entanto, o ensino e a aprendizagem da Matemática devem também contribuir para o desenvolvimento do raciocínio, da lógica, da coerência, o que transcende os aspectos práticos.

Selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente.



O EJA deve visar o desenvolvimento de conceitos e procedimentos relativos ao pensamento numérico, geométrico, algébrico, à competência métrica, ao raciocínio que envolva proporcionalidade, assim como o raciocínio combinatório, estatístico e probabilístico.



Professor, explore o pensamento do Aluno:

Pensamento numérico

Exploração de situações de aprendizagem que permitam ao aluno:

- ✓ Ampliar suas concepções numéricas, construindo novos significados para os números (naturais, inteiros e racionais) a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns problemas históricos que motivaram sua construção, e reconhecendo a existência de números que não são racionais;
- ✓ Resolver situações-problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais e, a partir delas, ampliar e construir novos significados para a adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
- ✓ Identificar, interpretar e utilizar diferentes representações dos números naturais, racionais e inteiros, indicadas por diferentes notações, vinculando-as a contextos matemáticos e não-matemáticos;
- ✓ Selecionar e utilizar procedimentos de cálculo (exato ou aproximado, mental ou escrito), em função da situação-problema proposta.

Pensamento geométrico

Exploração de situações de aprendizagem que permitam ao aluno:

- ✓ Resolver situações-problema de localização e deslocamento de pontos no espaço, reconhecendo nas noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo e de perpendicularismo elementos fundamentais para a constituição de sistemas de coordenadas cartesianas;
- ✓ Estabelecer relações entre figuras espaciais e suas representações planas, envolvendo a observação das figuras sob diferentes pontos de vista, construindo e interpretando suas representações;
- ✓ Resolver situações-problema que envolvam figuras geométricas planas, utilizando procedimentos de decomposição e composição, transformação, ampliação e redução;
- ✓ Identificar elementos variantes e invariantes, desenvolvendo o conceito de semelhança.

Pensamento algébrico

Exploração de situações de aprendizagem que permitam ao aluno:

- ✓ Reconhecer que representações algébricas permitem expressar generalizações sobre propriedades das operações aritméticas, traduzir situações-problema e favorecer as possíveis soluções;
- ✓ Traduzir informações contidas em tabelas e gráficos em linguagem algébrica e vice-versa, generalizando regularidades e identificando os significados das letras;
- ✓ Utilizar os conhecimentos sobre as operações numéricas e suas propriedades para construir estratégias de cálculo algébrico, produzir e interpretar diferentes escritas algébricas (expressões, igualdades e desigualdades), identificando as equações, inequações e sistemas;
- ✓ Resolver situações-problema por meio de equações e inequações do primeiro grau, compreendendo os procedimentos envolvidos;
- ✓ Observar regularidades e estabelecer leis matemáticas que expressem a relação de dependência entre variáveis.

Os assuntos referentes a estatística, probabilidade e combinatória também precisam ser levados em conta pelos professores do Segundo Segmento da EJA, pois integram o rol de conhecimentos indispensáveis à alfabetização matemática, tão necessária para sobreviver no mundo atual, e podem ser articulados num grande tema denominado “tratamento da informação”. Além disso, são ferramentas importantes para análise das chamadas questões sociais urgentes, a serem trabalhadas transversalmente.

Entre os conteúdos atitudinais relevantes destacam-se:

- Desenvolvimento da capacidade de investigação e da perseverança na busca de resultados, valorizando o uso de estratégias de verificação e controle de resultados;
- Predisposição para alterar a estratégia prevista para resolver uma situação-problema: quando o resultado não for satisfatório, encontrar exemplos e contra-exemplos, formular hipóteses e comprová-las;
- Interesse em comparar diferentes métodos e processos na resolução de um problema, analisando semelhanças e diferenças entre eles e justificando-os;
- Interesse por utilizar as diferentes representações matemáticas, selecionando as que se adaptam com mais precisão e funcionalidade a cada situação-problema de maneira que facilitem sua compreensão e análise;
- Valorização do trabalho coletivo, colaborando na interpretação de situações-problema, na elaboração de estratégias de resolução e na validação dessas estratégias;

- Interesse pelo uso dos recursos tecnológicos como instrumentos que podem auxiliar na realização de alguns trabalhos, sem anular o esforço da atividade compreensiva;
- predisposição para usar os conhecimentos matemáticos como recursos para interpretar, analisar e resolver problemas em contextos diversos;
- Compreensão da importância da estatística na atividade humana, assim como de que ela pode induzir a erros de julgamento, pela manipulação de dados e pela apresentação incorreta das informações (ausência de indicação da frequência relativa, construção de gráficos com escalas inadequadas etc.);
- Predisposição para analisar criticamente informações e opiniões veiculadas pela mídia, suscetíveis de análise à luz dos conhecimentos matemáticos;
- Interesse em dispor de critérios e registros pessoais para emitir um juízo de valor sobre o próprio desempenho, de modo a compará-lo com o juízo feito pelos professores e a aprimorá-lo.

Ao desenvolver o trabalho, jovens e adultos terão oportunidade de ampliar tanto seus conhecimentos acerca de conceitos e procedimentos matemáticos quanto sua visão sobre o mundo em geral, desenvolvendo sua autoconfiança. Para que um problema seja realmente um problema, ele deve apresentar um desafio, a necessidade da elaboração de um planejamento e a validação do processo de solução.

Para a grande maioria dos alunos, resolver um problema significa fazer cálculos com os números do enunciado ou aplicar algo que aprenderam nas aulas. A situação-problema, porém, é uma atividade cuja solução não pode ser obtida pela simples evocação da memória, mas exige a elaboração e a execução de um plano.

A história da matemática mostra que ela se desenvolveu movida pela necessidade de responder a perguntas motivadas por problemas tanto de ordem prática, como a divisão de terras ou o cálculo de créditos, quanto vinculados a outras ciências, bem como por questões relacionadas a investigações relativas ao próprio conhecimento matemático.

Assim, um dos caminhos para “fazer matemática em sala de aula de jovens e adultos” é a resolução de problemas. Consideram-se como problema situações que demandam a realização de uma seqüência de ações ou operações para obter um resultado; ou seja, situações em que a solução não está disponível de início, mas é necessário e possível construí-la.

O professor pode criar melhores condições para que o aluno desenvolva atitudes e valores mais favoráveis diante do conhecimento matemático ao revelar que a matemática é uma criação humana, elaborada em diferentes culturas e momentos históricos, e ao estabelecer comparações entre os conceitos e processos matemáticos do passado e do presente.

CIDADANIA E EMPREGABILIDADE

A construção de ações cidadãs no universo escolar da EJA no Ensino Fundamental direcionará a reflexão particularmente a esta modalidade de ensino, apoiando-se na pormenorização de seu histórico de implantação, em suas metodologias e princípios norteadores e, ainda, no pensamento de educadores, técnicos e órgãos envolvidos na criação de seus processos pedagógicos e metodológicos, querendo, com isso, inferir a amplitude da intervenção, por ela desencadeada, nas representações internas de seus usuários acerca da cidadania, enquanto direito, e da vivência, na sala, enquanto ponto de partida, de valores de inclusão e pertencimento sócio-culturais.

A estruturação de cidadania, oferecido pelas práticas metodológicas da Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental, tem sua importância justificada pela constatação recorrente de que o sistema educacional brasileiro, da forma como está sendo conduzido hoje, apresenta severas dificuldades em atingir os objetivos propostos para a educação do novo milênio, em relação a esta etapa de ensino.

Metas como as de erradicação do analfabetismo, com o resgate dos cidadãos que se encontrem à margem do processo educacional e da promoção da pessoa, através de seu desenvolvimento integral e de sua inserção, atuante e qualitativa, aos movimentos políticos, históricos, culturais, sociais e produtivos da sociedade à qual pertencem, devem ser constantemente perseguidas.

Porém, neste momento, percebem-se importantes dificuldades na efetivação destas propostas. Um contexto educacional deficitário, como o que se observa atualmente no País, interfere negativamente, de forma prática e diária, no universo sócio-histórico de brasileiros como os que não tiveram acesso à educação na idade própria ou os que trazem consigo significativas distorções entre idade e série durante seu percurso escolar.

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade.

A inserção do direito a uma educação que reconheça as experiências sociais dos seus estudantes para a concepção de formação para a cidadania tem sido refletida por diversos teóricos, nesse entendimento, é preciso reconhecer que “[...] a espécie humana é construída por ela mesma no decorrer da história: o homem é construído enquanto espécie humana.

De acordo com o Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I. a soberania;

- II. a cidadania;
- III. a dignidade da pessoa humana;
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V. o pluralismo político.

O conhecimento dos estudantes jovens e adultos é aquele de maior valorização para eles próprios, que se amplia e se transforma à medida que sua realidade é pensada e confrontada.

Uma tarefa desafiadora para a EJA é reconhecer a importância de considerar que a cidadania como constitutivo do sujeito social, a que requer ser concebida dentro de um processo de construção e ressignificação do ser cidadão, não como algo definitivo, mas para uma cidadania ativa.

Mas a educação está presente também na luta cotidiana dos cidadãos por direitos individuais e coletivos. E é nesta luta que se apreende o compromisso com o respeito pelos direitos de outras pessoas ou grupos sociais, portanto, com seus deveres. Este movimento da sociedade chamamos de “cidadania ativa”, que se distingue da cidadania passiva, aquela outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor.

É preciso reconhecer que as políticas de EJA, até então conquistadas, resultaram de lutas, sobretudo de movimento sociais, e que, certamente, esse movimento antidemocrático, que demarcam as políticas brasileiras, nesse final de década, exigirá maior engajamento social, em defesa de políticas de direito para uma educação libertadora.

A Lei de Diretrizes e Bases 5.692/96, no seu art. 2, afirma que a educação tem por excelência o desenvolvimento pleno para o preparo do exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

O contexto sinaliza que o imprescindível, aqui, é pensar e defender uma formação para cidadania que parta, justamente, do reconhecimento e da luta pelo direito à cidadania, uma luta visceralmente acirrada, que busque nas marcas e trajetórias de vidas dos sujeitos, conhecimentos que componham os projetos políticos pedagógicos para o coletivo da EJA.

O direito a cidadania deve ser a primeira promulgação de um paradigma de educação para a emancipação, constatando-se que a luta pelo direito negado já faz parte de uma formação, sendo que, primeiramente, ocorre fora da escola, cabendo à mesma reconhecer essas experiências de forma a interrogá-las, em seu processo de reelaboração do conhecimento. A histórica luta por uma educação crítica, mais progressista, com o ideal de uma formação cidadã, exige processo de conscientização, do pensar crítico sobre a realidade. Não esquecendo que em Freire a conscientização resulta de um processo que rompe com a visão ingênua do homem, em relação ao trabalho, para a construção de sua libertação da condição de oprimido, de forma a alcançar melhor consciência crítica, para o exercício da criticidade.

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A forma de organização da sala de aula; a presença de um professor para diversos educandos; o agrupamento por idade e nível de conhecimento; o ensino graduado ou a seriação; programas e currículos transpostos para atender interesses; ciclos curtos de avaliação; reforçando a homogeneidade; busca de novos métodos para uma educação mais eficiente; controle da disciplina; distribuição rigorosa de horários escolares semelhantes em todo o mundo.

A Gramática Escolar não deve ser explicada pela imposição do modelo escolar dominante pelos países mais poderosos sobre os menos independentes políticos e economicamente, mas pela difusão da idéia de financiamentos de políticas públicas de educação realizadas por especialistas organizações internacionais preocupadas com o desenvolvimento. No entanto, à lógica de Gramática Escolar deve se combinar à do regionalismo, às diferenças de cada país, de cada nação, cada um com seu processo histórico, tornando cada sistema único, com suas especificidades.

Portanto, há muitas semelhanças em ensino, escola e em ser professor mundialmente, que deve se juntar com outra parte composta pelas especificidades, regionais, peculiaridades históricas e políticas distinguindo-se características próprias de cada país.

Muitas funções e atribuições foram delegadas ao professor e, cada vez mais, gerando-se confusão sobre a verdadeira função do professor, até a atualidade. Mas podemos atribuir essa confusão de significados e atribuições se deve a própria origem da escola no mundo acidental, ligadas aos estabelecimentos religiosos, associando permanentemente a marca entre magistério e sacerdócio.

É na educação que a Didática tem o seu foco principal: o ensino. E, é este que define suas especificidades e lugar. Assim sendo, fica notável a relevância e necessidade de se entender o significado da idéia de ensinar para o exercício eficaz do docente.

“O modo como os professores entendem o que é ensinar afeta grandemente o que efetivamente fazem na sala de aula”. (Paul Hirst).

A escolha da concepção do modo de ensino depende muito do que se entende por ensino e aprendizagem, pois colocamos em prática aquilo que realmente acreditamos, idealizamos, supomos, parcialmente, por não termos amplitude e diversidade do conhecimento do processo educacional, sendo esse um dos nossos principais desafios.

MÉTODO MONTESSORI

Método Montessori é o nome que se dá ao conjunto de teorias, práticas e materiais didáticos criado ou idealizado inicialmente por Maria Montessori. De acordo com sua criadora, o ponto mais importante do método é, não tanto seu material ou sua prática, mas a possibilidade criada pela utilização dele de se libertar a verdadeira natureza do indivíduo, para que esta possa ser observada, compreendida, e para que a educação se desenvolva com base na evolução da criança, e não o contrário.

Montessori escreveu que o desenvolvimento se dá em “planos de desenvolvimento”, de forma que em cada época da vida predominam certas necessidades e comportamentos específicos. Sem deixar de considerar o que há de individual em cada criança, Montessori pode traçar perfis gerais de comportamento e de possibilidades de aprendizado para cada faixa etária, com base em anos de observação.

A compreensão mais completa do desenvolvimento permite a utilização dos recursos mais adequados a cada fase e, claro, a cada criança individualmente.

Pilares educacionais de Montessori:

- 1) Autoeducação
- 2) Educação como ciência
- 3) Educação Cósmica
- 4) Ambiente Preparado
- 5) Adulto Preparado
- 6) Criança Equilibrada

Todos os outros princípios só funcionam quando o adulto que interage com a criança se esforça para, ele também, transformar-se interiormente. Montessori dizia que precisávamos abandonar o orgulho de sermos adultos, e a ira contra a criança que não se conforma às nossas idealizações, planos e vontades.

Para ela (em um livro chamado *A Criança*) é necessário que nós nos humilhemos e passemos a incorporar a caridade em todas as nossas ações para com a criança.

O adulto preparado é um observador que confia na criança e busca nos atos dela as indicações de suas necessidades.

Depois, pela configuração do ambiente e pelas interações, tenta oferecer os meios para que a criança as satisfaça. Esse adulto nunca ajuda mais do que o mínimo necessário, abstém-se de colaborar sempre que a criança acredita que pode agir sozinha e garante, a todo momento, que sua presença possa ser sentida caso seja necessária.

EXCLUSÃO SOCIAL

Exclusão social é um termo que caracteriza o distanciamento de uma pessoa ou grupo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos demais indivíduos e grupos da sociedade. Este fenômeno normalmente compreende a privação desta pessoa ou grupo de todas as instâncias da vida social por alguma razão.

A exclusão social é um neologismo que denota um processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de todas as instâncias da vida social. Por ser, no entanto, um processo polissêmico e bastante subjetivo, dificilmente há um consenso sobre o que realmente seria a exclusão social. No contexto histórico, muitas vezes está intrinsecamente ligado ao capitalismo, sendo uma condição tardia ou falha de organização social que poderia ser evitada com políticas de inclusão social. Porém, outros autores e estudiosos defendem que não se trata de um produto capitalista, mas sim de uma condição da vida em comunidade e social.

"Exclusão social" é um neologismo procedente da ideologia neoliberal, expressando a ideia de substituição do fundamento do capitalismo (a divisão da sociedade em classes e o domínio de certas classes sobre outras), pois parte dos trabalhadores passou a ser excluída das condições de reprodução criadas pela ideologia liberal, como por exemplo os direitos civis.

A exclusão social pode se dar nas seguintes instâncias:

- ✓ Grupos sociais - etnias, religião, cultura (ver: preconceito social)
- ✓ Gênero - mulheres e homens
- ✓ Orientação sexual - homossexuais, heterossexuais, bissexuais
- ✓ Idade - crianças, idosos
- ✓ Aparência - obesos, deficientes físicos, pessoas calvas, negros, pessoas mutiladas
- ✓ Condição social - habitantes de favelas, desempregados, empregos pouco reconhecidos, empregos marginalizados, condições financeiras ruins
- ✓ Outra categorização é relacionada às competências e capacidades do indivíduo:
- ✓ Pessoais, SER - autorreconhecimento, autoestima
- ✓ Comunitárias e sociais, ESTAR - interações sociais, estar incluído em uma comunidade
- ✓ Profissionais, FAZER - qualificações, aprendizagem de tarefas, cargo profissional
- ✓ Empresariais, CRIAR - realizar sonhos, liderar projetos, proatividade
- ✓ Informativas, SABER - escolaridade
- ✓ Aquisitivas, TER - poder aquisitivo

A pobreza pode, por exemplo, levar a uma situação de exclusão social: no entanto, não é obrigatório que estes dois conceitos estejam intimamente ligados. Um trabalhador de uma classe social baixa pode ser pobre e assim mesmo estar integrado na sua classe e comunidade. Deste

modo, fatores/estados como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, as minorias étnicas e ou culturais, os deficientes físicos e mentais, os sem-abrigo, trabalhadores informais e os idosos podem originar grupos excluídos socialmente mas não é obrigatório que assim o seja.

A exclusão social não cessou no Brasil no período de 1980 a 2000, devido ao crescimento da violência e do desemprego, como revela o Atlas da Exclusão Social. Segundo o Atlas da Exclusão Social no Brasil, publicação de 2014 realizada por iniciativa dos economistas Alexandre Guerra, Marcio Pochmann e Ronnie Aldrin Silva, o Brasil apresentou evolução nos quesitos "gasto social", "expansão econômica" e "redução de número de domicílios habitados por pessoas com renda de até meio salário-mínimo por mês". Ressalta-se, quanto a este último quesito, que 77,2 por cento das cidades da região nordeste do Brasil não conseguem melhorar este índice.

A exclusão social concretiza-se na segregação ao acesso a direitos básicos para certos grupos ou indivíduos de uma sociedade.

A ideia de exclusão social é geralmente usada em referência a uma forma específica de desigualdade. Ela diz respeito às formas pelas quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos acabam sendo separados do convívio com o restante da sociedade.

A exclusão econômica ocorre quando os indivíduos de uma camada social são excluídos do acesso ao consumo de produtos ou excluídos do processo de produção. No que diz respeito à produção, o emprego e o acesso à especialização de sua força de trabalho para que atue em determinada área profissional tornam-se ponto chave nesse tipo de exclusão. Quanto ao consumo, a dificuldade para comprar certos produtos pode contribuir para a exclusão social. Um exemplo é a falta de acesso à tecnologia, como computadores ou celulares, que acaba excluindo o sujeito do convívio social que existe no meio virtual.

A exclusão política está associada à falta de acesso a informação ou ao acesso precário a meios que ajudem na formação de opinião sobre assuntos políticos. A participação popular é parte integral do processo político e, diante disso, aqueles que não conhecem ou não possuem meios de intervir nesse cenário acabam sendo excluídos do processo político.

A exclusão social é vista na desigualdade de acesso a áreas comunitárias de qualidade, como parques, bibliotecas, teatro etc. Nesse contexto, famílias e indivíduos acabam sendo restringidos quanto ao lazer e demais atividades fora de casa.

Exclusão social é um conceito que caracteriza a exclusão ou afastamento de grupos do sistema sócio-econômico predominante.

Geralmente por questões financeiras, o grupo excluído, também chamado de minoria social, não tem o acesso a bens e serviços básicos e que garantem a condição de vida digna, defendida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A exclusão socioeconômica de parcelas da sociedade está diretamente ligada ao modelo econômico capitalista. A pobreza de alguns grupos impede que eles tenham acesso a educação e cultura, por exemplo.

Com menos tempo dedicado ao estudo e desenvolvimento de capital cultural, os grupos excluídos têm mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

A dificuldade em acessar o mercado de trabalho, por conta do pouco tempo de estudo, faz com que as minorias recorram ao mercado informal, fazendo “bicos”, trabalhos esporádicos ou trabalhando, com certa dificuldade, por conta própria.

No Brasil, são encontrados os mais variados tipos de exclusão social, econômica, de gênero, religião, cultura e etnia. A questão da exclusão étnica no Brasil, por exemplo, tem origens históricas.

Os indígenas, grande maioria no país durante a época da chegada dos portugueses, foram pouco tempo depois catequizados e ensinados a se portarem como os colonizadores. A tentativa de alterar os hábitos, religiosidade e costumes indígenas foi uma forma de padronizá-los à nova realidade brasileira, descaracterizando e ignorando por completo seus hábitos e padrões culturais. A tentativa de padronização do indígena ainda persiste no país.

A exclusão social que enfrentam ainda tem como raiz a tentativa de fazer com que sigam o modelo cultural imposto pela sociedade.

A raiz histórica explica, também, a exclusão social dos negros. Logo após a abolição da escravidão, em 1888, os negros não foram integrados à sociedade da época por conta das questões culturais, sociais e econômicas. Ainda hoje enfrentam o preconceito e exclusão.

As palavras que designam os fenômenos e a realidade que circunda o gênero humano permitem a sua compreensão e o seu diálogo, mas também estão repletas de armadilhas que mascaram e disfarçam o que se pretende dominar. Quando, além disso, estes termos remetem para noções polissêmicas, a complexidade aumenta, como é o caso da pobreza e da exclusão. Por isso, é importante limitar o seu significado e alcance, começando pelo termo pobreza que historicamente precedeu o termo exclusão social.

Coerentemente com as colocações supracitadas, cabe destacar que a singularidade dessa modalidade educativa em relação às outras engendra uma dinâmica própria do público que ela atende. Quando nos referimos ao educando jovem e adulto, não nos reportamos a qualquer sujeito vivenciando a etapa de vida jovem ou adulta, e sim a um público particular e com características específicas.

Nas turmas de educação de jovens e adultos, alguns sabem ler e escrever, outros conhecem apenas palavras soltas, ou só o próprio nome.

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA no cenário contemporâneo nacional nos remete a dois momentos ímpar para esta modalidade de ensino: a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a lei de Diretrizes e Base – LDB de 1996.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Pensar educação, novas tecnologias e comunicação, significa interessar-se pela prática libertadora nos tempos atuais enquanto dimensões de mediação e engajamento educacional.

Se tratando das ideias de Freire, mencionada pelos autores citados, podemos destacar, que na sua visão, a utilização de novas tecnologias na EJA, não implicou numa aceitação acrítica destes meios. Como toda e qualquer mudança, foi alvo de discussões e debates. Mas, embora discutida, não configurou a efetividade quanto ao seu uso EJA.

Sob a sua perspectiva freiriana, a prática educativa deveria desafiar os alunos a construir uma compreensão crítica de sua presença no mundo. Por esse motivo, quanto à linguagem, uso e compreensão da função dos recursos tecnológicos:

“É tão urgente quanto necessária à compreensão correta da tecnologia, a que recusa entendê-la como obra diabólica ameaçando sempre os seres humanos ou a que perfila como constante a serviço de seu bem estar”.

Analisando a proposta de EJA, percebemos que do ponto de vista teórico-metodológico, ela trouxe novidades, tanto para os discentes, quanto para os docentes, pois veio apresentando uma nova matriz “ (...) alinhada com essa modalidade educacional, bem como estratégias de aprendizagens compatíveis com as mídias e exigências do século XXI, [...]”. Além desses fundamentos, ofertou materiais didáticos próprios para alunos e professores, reorganizando o tempo diário de aula para o ensino médio, conforme Manual do Projeto.

Quanto à postura dos professores frente ao uso das tecnologias e as suas contribuições para o processo pedagógico, assinalou que o principal motivo de resistência por parte dos professores, poderia ser a possibilidade de pensar que seriam substituídos pelos recursos tecnológicos.

Obs.: O uso do computador na educação está em plena ascensão em diversos países.

Essa ferramenta é importante, uma vez que ela proporciona elementos para conhecermos a realidade na qual os sujeitos da EJA estão inseridos e, dessa forma, propormos a implementação/aperfeiçoamento de programas sociais, com o intuito de atender, prioritariamente, aos que estão em situação de vulnerabilidade social, promovendo assim a inclusão.

Quando pensamos os indivíduos que estão inseridos na EJA, temos que compreender que esse universo é perfilado pela diversidade que envolve aspectos de ordem geracional, étnico-racial, gênero e renda, dentre outros. Esses elementos norteiam os processos de inclusão/exclusão que os sujeitos da EJA vivenciam em seu cotidiano.

Linguagem

Linguagem pode se referir tanto à capacidade especificamente humana para aquisição e utilização de sistemas complexos de comunicação, quanto a uma instância específica de um sistema de comunicação complexo. O estudo científico da linguagem, em qualquer um de seus sentidos, é chamado linguística.

Atualmente, entre 3000 e 6000 línguas são usadas pela espécie humana, e um número muito maior era usado no passado. As línguas naturais são os exemplos mais marcantes que temos de linguagem. Outros tipos de linguagem se baseiam na observação visual e auditiva, como as línguas de sinais e a escrita. Os códigos e outros sistemas de comunicação construídos artificialmente, como aqueles usados para programação de computadores, também podem ser chamados de linguagens – a linguagem, nesse sentido, é um sistema de sinais para codificação e decodificação de informações. A palavra portuguesa deriva do francês antigo langage. Quando usada como um conceito geral, a palavra "linguagem" refere-se a uma faculdade cognitiva que permite aos seres humanos aprender e usar sistemas de comunicação complexos.

A linguagem humana enquanto sistema de comunicação é fundamentalmente diferente e muito mais complexa do que as formas de comunicação das outras espécies. Ela se baseia em um diversificado sistema de regras relativas a símbolos para os seus significados, resultando em um número indefinido de possíveis expressões inovadoras a partir de um finito número de elementos. De acordo com os especialistas, a linguagem pode ter se originado quando os primeiros hominídeos começaram a cooperar, adaptando sistemas anteriores de comunicação baseados em sinais expressivos a fim de incluir a teoria da mente, compartilhando assim intencionalidade. Nessa linha, o desenvolvimento da linguagem pode ter coincido com o aumento do volume do cérebro, e muitos linguistas acreditam que as estruturas da linguagem evoluíram a fim de servir a funções comunicativas específicas. A linguagem é processada em vários locais diferentes do cérebro humano, mas especialmente na área de Broca e na Área de Wernicke. Os seres humanos adquirem a linguagem através da interação social na primeira infância. As crianças geralmente já falam fluentemente quando estão em torno dos três anos de idade.

O uso da linguagem tornou-se profundamente enraizado na cultura humana para comunicar e compartilhar informações, mas também como expressão de identidade e de estratificação social, para manutenção da unidade em uma comunidade e para o entretenimento. A palavra "linguagem" também pode ser usada para descrever o conjunto de regras que torna isso possível, ou o conjunto de enunciados que pode produzir essas regras.

Todas as línguas contam com o processo de semiose, que relaciona um sinal com um determinado significado. Línguas faladas e línguas de sinais contêm um sistema fonológico que rege a forma como os sons ou os símbolos visuais são articulados a fim de formar as sequências conhecidas como palavras ou morfemas; além de um sistema sintático para reger a forma como as palavras e os morfemas são utilizados a fim de formar frases e enunciados. Línguas escritas usam símbolos visuais para representar os sons das línguas faladas, mas elas ainda necessitam

de regras sintáticas que governem a produção de sentido a partir das sequências das palavras. As línguas evoluem e se diversificam ao longo do tempo. Por isso, sendo a língua uma realidade essencialmente variável, não há formas de falar intrinsecamente erradas. A noção de certo e errado tem origem na sociedade, não na estrutura da língua.

A história de sua evolução pode ser reconstruída a partir de comparações com as línguas modernas, determinando assim quais características as línguas ancestrais devem ter tido para as etapas posteriores terem ocorrido. Um grupo de idiomas que descende de um ancestral comum é conhecido como família linguística. As línguas mais faladas no mundo atualmente são as pertencentes à família indo-europeia, que inclui o inglês, o espanhol, o português, o russo e o hindi; as sino-tibetanas, que incluem o chinês, mandarim, cantonês e outras; as semíticas, que incluem o árabe, o amárico e o hebraico; e as bantu, que incluem o suaíli, o zulu, o shona e centenas de outras línguas faladas em toda a África.

Quando se fala de linguagem como um conceito geral, várias definições podem ser utilizadas para salientar diferentes aspectos do fenômeno. Essas definições implicam também diferentes abordagens e entendimentos de linguagem, distinguindo as diversas escolas de teoria linguística.

A comunicação é um processo que envolve a troca de informações entre dois ou mais interlocutores por meio de signos e regras semióticas mutuamente entendíveis. Trata-se de um processo social primário, que permite criar e interpretar mensagens que provocam uma resposta.

Os passos básicos da comunicação são as motivações ou a intenção de comunicar, a composição da mensagem, a codificação e transmissão das mensagens codificadas, a recepção dos sinais, a decodificação e finalmente a interpretação da mensagem por parte do receptor. O processo da comunicação se define pela tecnologia da comunicação, as características dos emissores e receptores da informação, seus códigos culturais de referência, seus protocolos de comunicação e o alcance do processo.

A comunicação inclui temas técnicos (por exemplo, as telecomunicações), biológicos (por exemplo, fisiologia, função e evolução) e sociais (por exemplo, jornalismo, relações públicas, publicidade, audiovisual e mídia). No processo de comunicação em que está envolvido algum tipo de aparato técnico que intermedia os locutores, diz-se que há uma comunicação mediada.

Para a semiótica, o ato de comunicar é a materialização do pensamento/sentimento em signos conhecidos pelas partes envolvidas. Esses símbolos são transmitidos e reinterpretados pelo receptor. Também é possível pensar em novos processos de comunicação, que englobam as redes colaborativas e os sistemas híbridos, que combinam comunicação de massa e comunicação pessoal.

Elementos da comunicação

Os componentes da comunicação são: o emissor, o receptor, a mensagem, o canal de propagação, o código, a resposta (feedback) e o ambiente onde o processo comunicativo se

realiza. Com relação ao ambiente, o processo comunicacional pode sofrer interferência do ruído e a interpretação e compreensão da mensagem está subordinada ao repertório.

Na perspectiva de Claude E. Shannon, o sistema (mecânico) da comunicação consiste em cinco partes:

Fonte de informação: produz uma mensagem ou sequência de mensagens a serem comunicadas ao terminal receptor.

Transmissor: opera uma mensagem por meio de sinais adequadas para sua transmissão.

Canal: o meio para transmitir o sinais.

Receptor: reconstrói a mensagem proveniente dos sinais.

Destino: é a pessoa (ou coisa) para quem a mensagem se destina.

Esses elementos são baseados na teoria matemática da comunicação proposta por Shannon, que visa encontrar os limites fundamentais no processamento de sinais e operações de comunicação como as de compressão de dados. Existem seis elementos inalienavelmente envolvidos no processo de comunicação verbal: remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e contato. Cada um desses fatores determinam uma diferente função da linguagem.

Os elementos básicos da comunicação são:

Código: Um conjunto de signos que se combinam sob regras semânticas e que permitem a interpretação do emissor. O receptor deve conhecer o código para interpretar a mensagem. Jakobson explica que é a partir do código que o receptor compreende a mensagem.

Canal: O meio físico por meio do qual a mensagem é transmitida.

Emissor: A pessoa que tem a intenção e transmite a mensagem. Essa pessoa escolhe os signos convenientes para enviar a mensagem.

Receptor: Quem recebe e interpreta a mensagem. Interpreta e decodifica os signos enviados pelo emissor.

Mensagem: No sentido geral, é o objeto da comunicação. Trata-se da informação ou sequência de signos que emissor elabora e envia ao receptor por meio de um canal.

Contexto, situação comunicativa: o espaço em que desenvolve o ato de comunicação. É o conjunto de circunstâncias e condicionam a interpretação da mensagem.

Contato: Trata-se de um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o destinatário a fim de manter a comunicação entre ambos.

O significado no processo de comunicação pode só entender-se no contexto das relações sociais em que a informação e a comunicação é processada. Quanto à forma, a Comunicação pode ser comunicação verbal, não-verbal e mediada.

A comunicação depende do tipo de signo que usam os interlocutores. Nesse sentido, pode-se falar da comunicação verbal e comunicação não-verbal. Em ocasiões, ambos os signos são misturados em uma mensagem, dando lugar a uma forma de comunicação mista.

Comunicação verbal

A comunicação verbal exterioriza o ser social, e realizada pela linguagem falada ou escrita[9]. O elemento principal da comunicação é língua e qualquer ato da fala envolve uma mensagem e outros quatro elementos conexos: o emissor, o receptor, o tema (tópico) da mensagem e o código utilizado. A relação entre eles é variável. Não existe no domínio da linguagem a propriedade privada, pois todo é socializado.

A interação verbal, como qualquer outra forma de interação humana, requer, pelo menos, dois interlocutores. O linguista Roman Jakobson ainda explica que um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O primeiro recebe uma mensagem, conhece o código; essa mensagem é nova para ele e, por via do código, ele a interpreta.

A linguagem humana pode ser definida como um sistema de símbolos ou signos linguísticos, conhecidos como lexemas e regras gramaticais em que os símbolos são manipulados. A linguagem falada utiliza fonemas como unidades de construção, seguido pelo morfema como unidade contrastiva e mediante a somatória dessas estruturas se constroem sentenças mais complexas, que permitem estruturar mensagens.

Comunicação não-verbal

A comunicação não-verbal é um meio para transmitir informações que não utiliza a linguagem falada ou seus derivados não-sonoros. Envolve todos os órgãos do sentido, na interação das pessoas, sem que precisamente haja interação verbal. Os indivíduos podem deixar de verbalizar, mas não precisamente deixar de comunicar-se ao utilizar outras formas como a expressão facial, postura corporal, distância, entre outros.

A comunicação não verbal está presente no nosso dia-a-dia, mas, muitas vezes, não temos consciência de sua ocorrência e nem de como acontece. Ela deve ser entendida como ações ou processos que têm significado para as pessoas, exceto a expressão verbal. No entanto, esta não se restringe à comunicação humana, porque também são consideradas outras formas como a dança, música, teatro, danças das abelhas, escultura, entre outras. Este tipo de comunicação é em parte inato, à vezes, imitativa e outras aprendida.

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:
O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO**

Refletir sobre as Políticas Educacionais no Brasil, mais especificamente, as políticas de educação de jovens e adultos, significa reconstituir a memória de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação popular, dos programas, projetos e campanhas de massa ou de impactos localizados realizados no território nacional.

Muitos são os conceitos que permeiam e fundamentam intenções e ações de Educação de Jovens e Adultos. Muitos deles carregam similaridades, dicotomias e interpretações diversas, sendo muitas vezes utilizados e reutilizados de maneira infundada e descontextualizada. Entendê-los significa desvendar as tramas que os compuseram, as intenções que os utilizaram e os impactos e resultados que fomentaram.

Significa conhecer os cenários em que foram citados e principalmente os personagens-sujeitos que os elaboraram e os utilizaram para fundamentar e realizar, inúmeras vezes de forma autocrática, suas ações e intenções.

Entendê-los também representa a possibilidade de avançarmos, negando-os, afirmando-os ou reconceituando-os, no sentido cada vez maior de buscar fundamentar a ampliação das condições de acesso real e qualitativo das populações econômica e socioculturalmente excluídas das políticas de educação de jovens e adultos. Para estas populações, acessar estas políticas significa não somente servir-se dos benefícios e serviços que elas oferecem, mas oportunamente construí-las e desconstruí-las, coletivamente, utilizando, entendendo e definindo novos conceitos que partam da objetivação de suas idéias, da constatação de sua realidade e da concretização de seus direitos.

Em visita ao MEC, presidente Jair Bolsonaro fala em mudar o Brasil por meio da educação.

Segundo o presidente, a educação é prioridade e a missão de todos é fazer com que “nossos filhos e netos sejam ainda mais preparados que nós”.

“O que a educação tem que entregar na ponta da linha é um bom brasileiro”.

(Presidente Jair Bolsonaro)

“Os nossos filhos e netos têm que ser melhores do que nós, esse é o nosso objetivo. E o que liberta o homem ou uma mulher de uma situação difícil é o conhecimento, além da verdade”, disse o presidente, que pretende estabelecer a rotina de visitar, pelo menos uma vez por semana,

os ministérios, para conversar diretamente com o ministro e seus assessores sobre as questões da pasta.

A partir destas análises, compreendemos que o conceito de integração pode ser entendido como sinônimo de homogeneização territorial, cultural e política, e ao mesmo tempo, pode ser compreendido como sinal e possibilidade de enraizamento do homem em seu tempo transitório, para as mudanças possíveis de serem feitas e também possíveis para afirmar a construção dinâmica de sua identidade nos seus vários tempos e em seus mais variados espaços.

Evidencia-se assim, a existência de um conflito na constatação da especificidade natural, social, cultural, política e econômica, dos vários espaços, locais onde se constroem e se definem a vida dos e pelos sujeitos, em que a condição para seu reconhecimento e afirmação enquanto tais, é o de estar organicamente integrados, enraizados ao seu cotidiano, ao seu habitat, entendendo este último não apenas como os limites da localidade em que vive, mas dimensionando-a para toda a sua nação; em contraposição à forçosa necessidade de integração a partir dos interesses de uma elite, grupo ou classe social, despersonalizando estas especificidades e diversidade.

A Constituição de 1988 significou uma grande mudança no quadro legal da política educacional brasileira. Pela primeira vez na história, a educação tornou-se efetivamente um direito, de modo que caberia ao Estado garantir, de forma obrigatória, o ensino das crianças de sete a 14 anos. Outros dispositivos constitucionais apontaram a necessidade de ampliar a oferta em todos os níveis e modalidades de ensino, algo que foi reforçado, na década seguinte, pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Foi iniciado, assim, um ciclo de transformações inédito no Brasil, pois o país, desde a independência, nunca conseguira colocar a educação no centro da agenda pública. Já tinha havido uma tentativa de mudar esse cenário, com o arrojado e visionário Manifesto dos Pioneiros, de 1932, mas, infelizmente, ele fracassou.

Em 2013, havia aproximadamente 50 milhões de estudantes matriculados na Educação Básica no Brasil, incluindo os alunos do ensino regular, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial, de acordo com o Censo Escolar (Inep/MEC). A rede pública é responsável por mais de 80% dessas matrículas, principalmente no âmbito municipal. Na Educação Básica, esses alunos estudam em cerca de 200 mil estabelecimentos, com mais de 2 milhões de docentes.

Os números relativos à educação no Brasil vêm apresentando significativas conquistas mas não são suficientes.

Em 2013, 93,6% das crianças e jovens entre quatro e 17 anos estavam matriculados e frequentando a escola, ou já tinham concluído o Ensino Médio, uma taxa de atendimento que vem crescendo ano a ano. As taxas de abandono vêm decaindo, assim como as taxas de distorção idade-série.

Por conta disso, mais alunos estão concluindo os ensinos Fundamental e Médio em comparação com anos anteriores.

Se do ponto de vista da cobertura escolar, mesmo com problemas, o Brasil teve avanços inegáveis, em relação à qualidade do ensino os indicadores de desempenho dos alunos não têm tido melhoras significativas, resultando numa situação de quase estagnação num baixo patamar de desempenho.

Com relação ao Ensino Superior, a adoção de cotas sociais ou raciais de ingresso, a ampliação das universidades federais e a implementação de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) foram fundamentais para a ampliação das vagas e o estímulo ao ingresso na educação superior. Por conta dessas políticas e programas, o número de alunos no Ensino Superior praticamente duplicou em cerca de dez anos: passou de 1,2 milhão, em 2001, para mais de 2,2 milhões em 2013.

Em junho de 2014, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) após mais de três anos de discussão foi uma importante conquista do setor. O PNE aponta para diretrizes, metas e estratégias a serem cumpridas nos próximos dez anos. Para o acompanhamento dessas metas, 21 organizações da sociedade civil e do governo lançaram o Observatório do PNE, com indicadores atualizados sobre cada uma das 20 metas propostas no plano.

Os desafios postos à educação brasileira, no entanto, ainda são imensos. Eles estão vinculados à atratividade da carreira do professor, à qualidade do capital humano presente na política educacional, à construção de um modelo de gestão escolar e de redes bem-sucedido, à cooperação entre os entes federativos, à invenção de uma escola diferente e adaptada ao século XXI, ao maior interesse e mobilização da sociedade e, primordialmente, à opção pela educação como principal mecanismo para reduzir as desigualdades históricas do país e produzir uma sociedade mais justa. Colocados numa perspectiva temporal mais longa, finalizada aqui no ano de 2032, centenário do Manifesto dos Pioneiros, todos esses desafios vão além das questões específicas da educação. É preciso compreender os possíveis cenários sociais e políticos para poder antever minimamente as dificuldades e potencialidades que o futuro pode trazer.

Para pensar em elementos para a projeção dos contextos futuros que afetarão a educação, é preciso começar pelo plano sociodemográfico.

A situação política tenderá a ser marcada pelo aprofundamento da democracia, em particular, pelo aumento das demandas por melhores serviços públicos. Com o crescimento da escolaridade da população nos últimos 20 anos, somado ao maior acesso à informação e ao maior controle do poder público, a tendência é que a sociedade se mobilize mais para lutar por uma educação melhor. Nos últimos dez anos, pesquisas do Ibope mostram como, paulatinamente, pais cujos filhos estão na escola pública tornaram-se mais rigorosos quanto à qualidade da provisão desses serviços. Tal fenômeno tende a se tornar mais intenso nos próximos anos.

Também é importante notar que tem crescido o número de organizações voltadas à advocacy educacional, e o tema passou a ganhar mais espaço na agenda dos principais formadores de opinião. Essa é outra tendência que se aprofundará nos próximos anos. Os governantes, em comparação ao passado, serão mais cobrados por ações no campo educacional. Na mesma

linha, será preciso aperfeiçoar o capital humano presente nas políticas públicas para se dar conta da cobrança crescente.

Diante disso, o elemento decisivo no futuro será a construção de capacidades sociais e institucionais de encontrar soluções consensuais dentro de situações de dissenso.

A forma como a educação é empregada e enxergada precisa ser alterada para o cenário mudar.

É um modelo de política educacional que pouco conversa com os territórios onde se dá a educação; que tem uma infra-estrutura das unidades escolares que estão cada vez mais degradantes.

As desigualdades nas redes municipais e estaduais devem ser compreendidas para a compreensão do resultado ruim. Geralmente, as redes que têm mais dificuldades estão nas regiões mais periféricas e são as que mais possuem absenteísmo do professor. Existe o esforço docente. O professor está em muitas escolas ao mesmo tempo- que são peculiaridades de redes que estão na periferia.

Há muitos desafios a serem enfrentados na Educação brasileira em 2019. Posicionado entre os 10 países mais desiguais do mundo, o Brasil possui quase 12 milhões de analfabetos e mais da metade dos adultos entre 25 e 64 anos não concluíram o Ensino Médio. São quase dois milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola e 6,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos sem vaga em creche.

Os dados mostram que há sérios problemas com a alfabetização na idade certa, as crianças e jovens não aprendem o que é esperado, a evasão escolar no ensino médio é grave e não há um projeto estruturado para a formação e a carreira docente. Esse cenário crítico é fruto de décadas de descaso, em um país que nunca colocou a Educação entre as prioridades da agenda política nacional. Esse é o legado que fica para 2019 e que o novo governo tem o desafio de modificar.

Estatísticas mostram que o Brasil avançou nos últimos anos na área da educação.

Hoje, segundo dados do governo, quase todas as crianças têm acesso ao ensino básico no país.

No entanto, o Brasil continua tendo grandes problemas nesse setor. É grande a porcentagem de alunos que repetem de ano e que acabam tendo que abandonar os estudos porque precisam trabalhar para sobreviver.

É melhor investir no treinamento e capacitação de mais professores ou na modernização das escolas.

Os políticos brasileiros descobriram há muito tempo que povo sem cultura é facilmente manipulável e, portanto, não têm interesse na solução dos problemas na educação. Tudo que se tem feito a respeito é pura demagogia. E agora, às vésperas das eleições, mais uma promessa de campanha.

A evasão e a repetência escolar são frutos de um governo omissivo que não tem como prioridade a educação de todo o cidadão. Nosso país somente será uma nação quando os nossos governantes se conscientizarem de que um futuro promissor está intimamente ligado a uma educação digna e de qualidade.

Tudo que se faz em termos de educação, deve-se entender que surte efeito a médio e longo prazo. Um bom começo, no entanto, passa pela capacitação dos professores atuais em termos de adaptação a novas pedagogias e uma nova visão de mundo.

Há o reconhecimento de que algo precisa ser feito e urgentemente.

A importância da Educação de Jovens e Adultos para a inserção social e a sua relevância de processo ligados a programas de Educação Popular.

Quando falamos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil parece ser uma coisa tão contemporânea, mas na verdade o processo educativo no Brasil, nunca foi tão difícil de formar como a proposta para Educação de Jovens e Adultos.

Embora muito se tenha trabalhado para se organizar o Ensino de Jovens e Adultos, o que se obteve hoje, ela foi uma experiência espelho, daquilo que se estava propondo, a cada mudança que ocorria no sistema educacional brasileiro. Não existiam propostas de aprofundamento sobre a parte social ou ainda quanto à capacidade cognitiva dos sujeitos envolvidos no processo e como eles construíram o seu conhecimento.

A Educação de Jovens e Adultos nunca veio no início da formação do Brasil. Mas ela veio logo após a Educação Jesuítica, que era apenas para formação indígena e catequista da Igreja Católica, mas passou por vários momentos de grande significado político-social, para sua organização e se mostrou, até hoje, um sistema resistente e forte.

Mas foi realmente só a partir dos anos 40, que a Educação de Jovens e Adultos passou a se formar e ser tratada como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira. E desde aquela época, vem se mostrando como sistema apto a melhorar dia-a-dia. Sua política educacional não nasceu apenas no gabinete, foi a defasagem educacional e a implantação das indústrias no Brasil, na política de Getúlio Vargas, junto com a própria população brasileira, que causou a implantação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1920, surgiu questionamentos, com o que fazer nas questões do Ensino para os Adultos e o que o Estado deveria fazer, pois tratava-se de uma necessidade pública. Essa pressão, iniciou então a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 e junto com ele programas para

o ensino de adultos e ampliação da educação dessa modalidade, pois o país possuía uma taxa alarmante de analfabetismo e esse fundo tentava dar uma resposta a isso, combatendo o analfabetismo adulto e infantil.

Quando Getúlio Vargas foi deposto em 1945, surge também as cobranças da Unesco e segundo Haddad (2000, p.111) “denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações” e se estabeleceram metas para alfabetizar, de dando o empurrão no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1947, houve um bom movimento, que nos auxiliou muito o desenvolver de um processo para o ensino de Jovens e Adultos no Brasil, foi o Serviço de Educação de Adultos, o SEA, que por campo de atuação deveria se preocupar com a educação do adulto e com ele criar um Curso Primário para adultos, com profissionais capacitados. “(...) e lançamento fez que houvesse o desejo de atender apelos da Unesco em favor da educação popular. (...)”

Essa orientação da Unesco, gerou um momento de grande discussão sobre o analfabetismo no Brasil e cada um dos órgãos governamentais saíram à procura de entender o processo de Educação de Jovens e Adultos, pois ela estava diretamente ligada ao desenvolvimento do Brasil, pois o profissional analfabeto não colaboraria na recuperação do atraso econômico e industrial brasileiro.

Evoluímos para a criação do Fundo Nacional do Ensino primário em 1942 do Serviço de Educação de Adultos, da Campanha de Educação de Adultos, ambos de 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958.

A partir da década de 60, muitas outras campanhas começaram a surgir com visões diferentes daquelas anteriores, agora a proposta era uma educação igualitária e para todos. Apresentam-se programas para erradicar o analfabetismo no país, e com essas melhorias conseguir a imagem ideal para o país, como também em políticas para melhorar as condições de vida ao povo brasileiro, e um pouco mais reflexivo de em relação ao que se vinha sendo para trabalhado. Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Os esforços políticos deram passos em vários lugares do Brasil, surgindo campanhas de Educação de Jovens e Adultos e entre os mais conhecidos estão: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular de Recife, “De pé no chão também se aprende a ler”, de Natal e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, entre outros.

Paulo Freire será uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentará essa educação pensada de forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem, tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente.

Suas idéias podem ser observadas no Plano Nacional de Alfabetização, que se destinava atender a maior parte da população analfabeta do país, mesmo que que tenha surgido através de movimentos estudantis e também de entidade sindicais, que trabalharam para que o seu método fosse colocado na Educação de Jovens e Adultos, dentro do Ministério da Educação e aos poucos com seus resultados o programa gerou benefícios políticos e passou a ter maior apoio do governo como método principal.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO EJA

A problemática educacional no Brasil está marcada pela exclusão de camadas populares da sociedade que vem interditando inúmeros cidadãos a possibilidade de acesso ao universo de saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento.

Para além da necessidade de alfabetização, a perspectiva da totalidade da escolarização fundamental como patamar mínimo para a qualificação pessoal e profissional do sujeito, como cidadão para o acesso aos diferentes espaços culturais e como elemento possibilitador de reflexão e posicionamento político e autônomo.

A alfabetização de jovens e adultos é um desafio, não só para administradores governamentais, universidades, professores, como também para toda a sociedade e o próprio aluno.

As bases do conhecimento sistematizado deverão estar em seus aspectos sócio-econômico-político-culturais, visando a construção da consciência crítica e reflexiva, onde as capacidades, atitudes e valores sejam necessário para que as pessoas melhorem a qualidade de vida e continuem aprendendo, tendo uma vida justa e digna.

A educação popular no Brasil desde o princípio de sua trajetória histórica impõe como luta a garantia do direito a educação. Esses traços deparam-se com os ensaios dos movimentos de educação popular. Hoje no país a política de EJA se consolida como política pública de educação que se expande de forma intensa pelo país.

E é nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta que o movimento repercutir o extravasamento das lutas pela educação popular ganhando mais força.

O princípio histórico da educação de jovens e adultos é delineado por tensão, crise e conflitos, dentro de um contexto de interesses diversos onde nem sempre havia acordo ou qualquer tipo de ajuste. Entretanto essa história atrela-se ainda aos movimentos de luta pela educação como direito a educação popular, no âmbito da educação formal, através das vastas experiências no Brasil. No território da educação de adultos, Paulo Freire em seu legado estabelece teorias e pensamentos que legitimaram rupturas de paradigmas fundamentais na maneira de pensar e fazer educação no Brasil.

De acordo com a literatura, algumas linhas ajudaram a formar a história da EJA no Brasil, por perceber que transpõem os modos de desenvolver educação de jovens e adultos, e a execução de políticas educacionais nesta esfera, a saber:

- 1) a alfabetização amortizada à decodificação do sistema alfabético/ortográfico e o analfabetismo como doença a ser desenraizada;
- 2) a alfabetização como estratégia de aumento da base eleitoral;
- 3) a educação de adultos como estratégia de qualificação de mão de obra;
- 4) a educação de jovens e adultos como ação compensatória, tendo como função repor a escolaridade não realizada na infância ou juventude;
- 5) a educação de jovens e adultos como processo formativo e direito de cidadania.

Cabe, assim, à educação dos adolescentes e adultos, não somente suprir, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, mas também e muito principalmente, dar preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira. Vivemos, realmente, um momento de profundas transformações econômicas e sociais na vida do País.

Devido ao processo de redemocratização do Brasil o campo da educação de jovens e adultos atravessaram várias batalhas. Neste contexto, várias foram as colisões travadas com o intuito da possibilidade de estabelecer a Educação de Jovens e Adultos como política pública. Porém foi em 1988 com a proclamada Constituição Federal que instituiu o ensino de jovens e adultos como direito público, de acordo com o seu artigo 4:

Art. 4 O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio; [...]; VI – oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas

necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na Escola; [...] (BRASIL, 1988a)

Com a implementação da Lei 9.394/96, que se denomina Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) as batalhas pelo direito à educação de jovens e adultos alteram o processo de fortalecimento da EJA para uma política estatal, Machado (2009) relata que:

[...] o governo que sanciona a LDB apresenta vetos à outra lei contemporânea que criou o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (Fundef), Lei 9.424/96, os quais atingem diretamente a EJA. Os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso que as matrículas de EJA fossem consideradas na redistribuição dos recursos do Fundo vão na contramão da garantia do direito explicitado no art. 4 da LDB. (Machado, 2009 p. 20)

Frente à oposição e ao obstáculo desta lei com todas as problematizações, confrontos e debates, vários foram tantos outros embates de lutas que se intensificaram para o fortalecimento da EJA como política pública. Nem o Programa Alfabetização Solidária (PAS) instituído pelo governo federal em 1995 não conseguiu atingir o êxito aguardado.

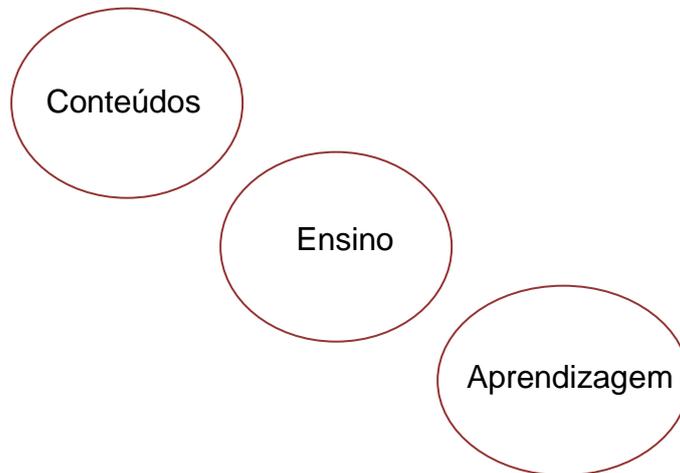
Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. (Paulo Freire)

Destinado a jovens e adultos que por algum motivo não tiveram a oportunidade de permanecer na escola na idade própria, a EJA – educação de jovens e adultos é um curso ofertado aos que tem a partir dos 15 anos de idade com interesse em concluir os ensinos básico e secundário. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.304 do ano de 1996, artigo 37, registra a necessidade de garantir aos que não a de dar continuidade aos estudos.

Torna-se imperativo reconhecer que é necessária uma didática que promova a reflexão, a crítica e a transposição de conteúdos, independente do distanciamento físico entre professores e alunos.

Para evitar o grande fluxo de evasão escolar, principalmente na educação de jovens e adultos, o professor deverá trabalhar com recursos didáticos adequados para esse grupo de pessoas. Como geralmente o aluno jovem e adulto também é um trabalhador, o professor deverá também tomar decisões importantes para poder manter esse aluno na escola.

O processo didático se explicita pela ação recíproca de três componentes: Os conteúdos, o ensino e a aprendizagem. Eles operam em referência a objetivos que expressam determinadas exigências sociopolíticas e pedagógicas e sob um conjunto de condições de uma situação didática concreta.



Todo trabalho humano, técnico e profissional do professor está fundamentado e embasado na Didática. A didática não se esgota na sala de aula e no ambiente de ensino, mas ela deve estar presente na vida de qualquer profissional, pois está inserida no processo de aprendizagem de quem ensina e de quem aprende.

Os alunos jovens e adultos necessitam de práticas educativas distintas daquelas que um dia tiveram na escola normalista enquanto crianças, tendo em vista sua história de vida enquanto adulto evadido do meio escolar e suas vivências cotidianas e no trabalho. Por isso, acreditamos que o uso de projetos pedagógicos coerentes e bem trabalhados, constitui uma estratégia diferenciada e adequada de ensino para este público específico de alunos.

A utilização de projetos pedagógicos é também uma proposta de ensino para facilitar e motivar a aprendizagem de alunos adultos, tendo em vista que na Educação de Jovens e Adultos o tempo é limitado, pois os alunos que freqüentam a escola são na sua grande maioria trabalhadores braçais, classificados como informais ou formais, desempregados, pais de família, sem residência fixa e geralmente filhos de trabalhadores da zona rural com um baixo nível de escolaridade e que não têm o estudo como prioridade.

Na EJA, independente da estratégia de ensino, há uma necessidade em reconhecer e utilizar os conhecimentos e habilidades construídos pelos educandos por meios informais, adquiridos nas experiências de suas vidas.

Sabe-se que os alunos jovens e adultos necessitam de práticas educativas distintas daquelas que um dia tiveram na escola em sua idade escolar, tendo em vista sua história de vida e suas vivências, sejam em casa, no dia a dia ou no trabalho. Por isso, acreditamos que o uso de uma didática própria, constitui uma estratégia diferenciada e adequada de ensino para este público específico de alunos. Para a utilização desta estratégia de ensino, faz-se fundamental a participação dos alunos, sua motivação, seus conhecimentos prévios e seus interesses.

A utilização de uma didática própria é também uma proposta de ensino para facilitar e motivar a aprendizagem desse público, visto que na Educação de Jovens e Adultos o tempo é limitado, pois a grande maioria dos alunos que freqüentam essa modalidade de ensino são trabalhadores.

Os métodos de ensino é a categoria mais dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, já que é determinado por objetivos que mudam em função do dinamismo da realidade sociocultural em que o processo está inserido. Além disso, os métodos de ensino trabalham com conteúdos que, pelos mesmos motivos, também sofrem permanente revisão. O método ainda depende dos meios de ensino disponíveis em seu contexto educativo e, principalmente, das características gerais da clientela a que se dirige (número de alunos, sua idade, seu nível de desenvolvimento prévio, o estrato sociocultural a que pertencem, gênero, dentre outros).

A necessidade de se adequar as práticas educativas à realidade desses alunos se deve ao fato de os mesmos já possuírem um conhecimento cultural e um nível de subjetividade diferenciado das crianças do Ensino Regular.

Como educadores, precisamos rever o material didático que utilizamos, porém é preciso não só o educador repensar o seu papel enquanto mediador de uma aprendizagem que priorize a bagagem de conhecimento trazida por seus alunos, mas também deverá haver flexibilidade das instituições em permitir a realização de um trabalho diferenciado e investir em material didático e na qualificação dos profissionais dessa área.

A aula deve ser interessante para ambas as partes, tanto o aluno quanto o professor devem compartilhar seus conhecimentos.

Na sua prática docente o professor é, constantemente, levado a tomar decisões, quer seja no momento da interação real com o aluno, quer no momento do planejamento de aula, ou ainda quando observa o aluno em atividade escolar. Nesse artigo refletimos sobre a prática do professor a partir da problemática das tomadas de decisões didáticas, voltando o nosso olhar para os conhecimentos que determinam essas decisões.

O professor como alfabetizador deverá utilizar a didática no favorecimento da formação de sujeitos reflexivos, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade que seja mais democrática e menos excludente, desenvolvendo no alfabetizando, habilidades para o uso social da leitura e da escrita no seu cotidiano.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) abrange educandos que ficaram afastados da escola por longo período de tempo e que, frequentemente, manifestam certa resistência com disciplinas

como a Química, por a considerarem sem muita aplicação prática em suas vidas. É diante desse cenário que se torna cada vez mais importante a criação de Propostas de ensino por investigação, que utilizem uma abordagem contextualizada do conteúdo curricular, o que pode estimular o interesse e participação desses educandos. No processo de apropriação de conceitos em sala de aula, faz-se necessário que os educandos sejam colocados em uma situação onde possam se expressar.

A utilização de abordagens temáticas é uma importante estratégia para dar maior significado ao ensino de Ciências na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Considerar as especificidades contextuais é fundamental para garantir a pré-disposição do aluno para querer aprender determinados conceitos.